

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ATA
  - 1.1 – 54ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 2 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 3 – REQUERIMENTOS APROVADOS
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 5 – ERRATA



**ATA**

## ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/10/2020

### Presidência do Deputado Cristiano Silveira

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – Orientações Gerais sobre a Reunião – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 6.446 e 6.497 a 6.515/2020 – Comunicações das Comissões de Agropecuária e de Saúde – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Professor Irineu e Betão, da deputada Andréia de Jesus, do deputado Virgílio Guimarães e da deputada Ana Paula Siqueira – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Encerramento – Ordem do Dia.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Guilherme da Cunha – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

### Abertura

O presidente (deputado Cristiano Silveira) – Às 14h7min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado João Leite, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

**Correspondência**

– O deputado Noraldino Júnior, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

**OFÍCIOS**

Do Sr. Ademir José Gomes, presidente da Câmara Municipal de Couto de Magalhães de Minas, manifestando o repúdio dos membros dessa câmara à Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2020 e ao Projeto de Lei Complementar nº 46/2020, do governador do Estado. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição nºs 55 e 57/2020 e aos Projetos de Lei Complementar nºs 46 e 48/2020.)

Do Sr. Nenilson Amaral Gomes, presidente da Câmara Municipal de Serra dos Aimorés, solicitando a suspensão da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2020, do governador do Estado. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição nºs 55 e 57/2020.)

**Orientações Gerais sobre a Reunião**

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela Pandemia da Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, esclarece que a reunião ordinária será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se o disposto no inciso II do art. 14 e no art. 22 do Regimento Interno e nas demais normas regimentais aplicáveis, bem como as seguintes diretrizes:

1) Somente será registrada a presença nas reuniões de Plenário das deputadas e dos deputados que ingressarem na plataforma do Silegis ou no ambiente de videoconferência do Zoom;

2) Os parlamentares podem se inscrever, por meio da plataforma Silegis, para falar no Grande Expediente pelo prazo de 15 minutos, nos termos do art. 26, c/c o art. 157, do Regimento Interno;

3) Será admitido aparte no Grande Expediente, que não excederá a 3 minutos, nos termos do § 1º do art. 162 do Regimento Interno. Para realizar aparte, os parlamentares devem se manifestar pelo *chat online*, escrevendo expressamente “aparte”;

4) Para arguir questão de ordem, nos termos do art. 166 do Regimento Interno, os parlamentares devem se inscrever pela plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”;

5) Será cancelada a inscrição do deputado que, chamado, não estiver online no sistema de comunicação remota utilizado pela Assembleia. Nesse caso, o deputado deverá se inscrever novamente se ainda quiser fazer uso da palavra;

6) Havendo problemas técnicos ou perda de conexão, a presidência passará ao próximo parlamentar inscrito e, assim que o deputado voltar a se conectar, ele será chamado para continuar seu pronunciamento pelo tempo que lhe restar, desde que ainda não tenha sido encerrada a respectiva fase da reunião em que o pronunciamento estava sendo feito.

**2ª Fase (Grande Expediente)****Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

### REQUERIMENTOS

Nº 6.446/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer sejam acompanhados por esta Casa os desdobramentos das investigações relativas ao assassinato do ex-vereador e presidente municipal do PSDB em Patrocínio, Cássio Remis, morto em 24 de setembro de 2020 no referido município. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.497/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da operação, em 5/10/2020, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de 11 barras de maconha, 44 munições de calibre 9mm e 926 pinos de cocaína, que estavam escondidos no interior da Escola Estadual Professor Hilton Rocha, no Bairro Primeiro de Maio. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.498/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja alterada a forma de fornecimento da alimentação dos servidores dos sistemas prisional e socioeducativo do Estado, passando-se a realizar o pagamento por meio de vale-alimentação, diante dos graves relatos apresentados na audiência pública desta comissão, em 13/10/2020, sobre a total inobservância dos critérios mínimos de higiene e conservação pela prestadora desse serviço.

Nº 6.499/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações consubstanciadas nas denúncias recebidas pela pasta, discriminando-se por unidade, data do ocorrido, pequeno resumo do fato e providências adotadas, desde 1º/1/2019 até a presente data, em relação a problemas no fornecimento da alimentação nas unidades dos sistemas prisional e socioeducativo do Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.500/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações consubstanciadas nas cópias dos contratos de cogestão celebrados pela secretaria com as empresas privadas que realizam a gestão das unidades socioeducativas de Patrocínio e Passos, na lista dos processos trabalhistas que têm como partes processuais tais empresas e no número de adolescentes atendidos por elas durante o contrato de gestão. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.501/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Clodesmidt Riani, ex-deputado estadual e líder sindical, pelo seu centenário de vida e por todos os anos de trabalho e luta em prol da classe trabalhadora da Zona da Mata e de todo o Estado.

Nº 6.502/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Editora Boitempo e sua diretora, Sra. Ivana Jinkings, pelos 25 anos de fundação da editora. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 6.503/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Lucio Borges pela assunção da presidência do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais.

Nº 6.504/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao advogado-geral do Estado, ao secretário de Estado de Governo e à secretária de Estado de Educação pedido de informações que esclareçam qual comando legal ou judicial determina a instauração de processo administrativo no caso da opção remuneratória dos diretores de escolas estaduais aposentados. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.505/2020, da Comissão de Esporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as ações desenvolvidas no Estádio Jornalista Felipe Drummond – Mineirinho –, desde que a pasta assumiu a gestão do equipamento esportivo em questão. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.506/2020, da Comissão de Esporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que o prazo para desocupação dos espaços utilizados pelas federações esportivas

no Estádio Jornalista Felipe Drummond – Mineirinho – seja de pelo menos um ano após o final do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 6.507/2020, da Comissão de Esporte, em que requer seja encaminhado à Federação Mineira de Vôlei – FMV – pedido de providências para que sejam coletadas por essa federação, em conjunto com as demais federações esportivas que ocupam o Estádio Jornalista Felipe Drummond – Mineirinho –, as necessidades e as particularidades demandadas por essas instituições para alocação em novo espaço.

Nº 6.508/2020, da Comissão de Esporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que seja retomado urgentemente o fornecimento regular de energia elétrica ao Estádio Jornalista Felipe Drummond – Mineirinho.

Nº 6.509/2020, do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Néelson Ferreira Leite – Tio Néelson –, ocorrido em 10/10/2020, em Oliveira. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 6.510/2020, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Ibirité pedido de providências para seja apresentado cronograma de nomeações dos candidatos aprovados no concurso referente ao Edital 01/2016, da Secretaria Municipal de Educação, tendo em vista a existência de inúmeros cargos preenchidos por contratação temporária.

Nº 6.511/2020, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Ibirité pedido de informações sobre os critérios adotados pela administração pública municipal a respeito da contratação temporária de servidores na Secretaria Municipal de Educação durante o processo de escolha de candidatos decorrente dos editais de processo seletivo simplificado da atual gestão, tendo em vista a denúncia da adoção de regras subjetivas que contrariaram as regras estabelecidas pelos referidos editais.

Nº 6.512/2020, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam apurados os incêndios florestais nos parques estaduais de todo o Estado, tendo em vista indícios do caráter criminoso.

Nº 6.513/2020, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que exija da empresa Industrias Nucleares do Brasil – INB –, sob pena de multa, que o plano de emergência da barragem de urânio, localizada no Município de Caldas, respeite a Lei nº 23291/2019, no que se refere à zona de autossalvamento, considerando toda a população no entorno da barragem, e não apenas 15 pessoas, conforme noticiado.

Nº 6.514/2020, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Ibirité pedido de informações consubstanciadas em relatório detalhado contendo o quantitativo e a descrição dos cargos públicos vagos preenchidos ou não por servidores contratados temporariamente vinculados à Secretaria Municipal de Educação.

Nº 6.515/2020, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações acerca do número estimado de alunos que ingressarão na rede estadual de ensino em 2021 bem como da existência ou não de déficit de vagas na rede estadual de ensino para o próximo ano letivo. (– À Mesa da Assembleia.)

### Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Agropecuária e de Saúde.

### Oradores Inscritos

O deputado Professor Irineu – Boa tarde, presidente! Tudo bem por aí? Presidente, eu gostaria de aproveitar esta data do dia 15 de novembro, ou melhor, de 15 de outubro – já estamos com a cabeça nas eleições, não é? – para cumprimentar os meus colegas professores pelo seu dia e falar da minha gratidão pelo período em que passei em sala de aula, em direção de escola, talvez o período mais importante da minha vida, período em que nós conseguimos compreender a nossa juventude, os nossos jovens. E gostaria de reconhecer o trabalho árduo, o trabalho difícil dos colegas professores hoje e da educação de maneira geral.

Quero deixar registrado o carinho especial que tenho por cada um, por cada colega, por cada professor, por cada professora que milita nas redes tanto municipais quanto estaduais e a dificuldade que eles têm, sobretudo neste ano, neste momento em que estão vivendo a pandemia. Tivemos que aprender a lidar com algumas tecnologias que ainda não eram muito favoráveis e a que muitos não tinham nem acesso; tivemos que nos acostumar e aprender, em um curto espaço de tempo, para que a sociedade pudesse estar recebendo as nossas aulas. Sei que tudo isso foi muito difícil.

Os nossos colegas da rede estadual têm passado tanta dificuldade. É uma rede tão grande em que temos hoje professores, servidores efetivos, um tanto de servidores designados que, às vezes, não são tão valorizados nem tão reconhecidos e que, a todo ano, têm uma dificuldade enorme, uma insegurança enorme para saber para onde vão. Vejo o esforço que a nossa secretária de Educação tem feito para dar tranquilidade a todas essas pessoas que são designadas, mas também sei da dificuldade, do tamanho da máquina, do tamanho desse grupo de pessoas que hoje contribui tanto com a educação de tantos mineiros e mineiras.

Então, quero aproveitar este momento para parabenizar cada um e dizer que é uma luta árdua, mas que vale a pena; a educação vale a pena; nós só vamos mudar qualquer sociedade acreditando nos investimentos em educação. Todo investimento feito na educação será muito bem-vindo porque, através da educação, nós podemos transformar o povo, podemos educar, podemos ter uma sociedade melhor.

Então, são essas as minhas palavras. Quero lhe agradecer e cumprimentar todos os nossos colegas deputados; quero deixar um abraço muito especial aos colegas professores, aos diretores de escola, que trabalham com tanta presteza e que fazem com que a nossa educação funcione bem por esses recantos de Minas Gerais, por todas as cidades mineiras. Um forte abraço a todos e até uma outra oportunidade. Obrigado, Professor Irineu.

O presidente – Obrigado, Professor Irineu. Dando sequência, o nosso próximo orador inscrito, também professor, é o deputado Betão. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Betão.

O deputado Betão – Obrigado, presidente. Boa tarde, Cristiano; boa tarde a todos os deputados e a todas as deputadas presentes a esta sessão e também a todo o público que está nos assistindo!

Sr. Presidente, eu queria dividir minha fala, hoje, em dois momentos. Primeiro, quero saudar a todos os companheiros e a todas as companheiras da educação, a todos os trabalhadores da educação neste dia dos professores e das professoras. Essa é uma profissão que escolhi como ofício há mais de 30 anos. O meu recado é que nós possamos resistir e lutar contra o que acontece no atual momento. É um momento de ataques à categoria o que nós estamos vivendo, de censura, de tentativa de cortes no orçamento, de desmoralização de uma profissão tão importante. Os ataques são inúmeros. Nós pudemos viver, neste período da pandemia... Na nossa Assembleia Legislativa de Minas Gerais, nós passamos por uma cruel reforma da Previdência, que atacou principalmente o direito das professoras; as professoras são as mais atingidas por essa reforma da Previdência que foi aprovada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com o nosso voto contrário e o da nossa bancada.

Durante muitos anos à frente do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora, que representa professores da rede privada, professores da rede pública municipal, sempre tivemos um embate para aumentar os nossos direitos ou para conseguir assegurá-los; direitos conquistados a duras lutas que podem estar sendo ameaçados agora também por uma reforma administrativa do governo Bolsonaro, que pretende retirar uma série de direitos dos trabalhadores do setor público, o que inclui os professores. Lutamos há anos

pelo pagamento do piso nacional do magistério que ainda não foi implementado na sua totalidade nem nos municípios nem no Estado de Minas Gerais, e sequer há uma negociação a respeito disso.

Mas eu quero parabenizar a todas e a todos que escolheram essa profissão. É uma profissão de luta que resiste bravamente a uma série de pressões, inclusive, no Estado de Minas Gerais, à pressão pelo retorno das aulas ainda em meio à pandemia. Sabemos que esse é um tipo de atividade que por si só aglomera inúmeras pessoas dentro de espaços pequenos. Se o Estado quer o retorno às aulas, ele tem de garantir total segurança. E, para garantir total segurança, já que não há vacina disponível e, pelas probabilidades ainda demora, é necessário que seja feita a testagem de todos os profissionais de educação, de todos os alunos. É necessário furar o teto de gastos para que haja mais verbas no SUS e se fazer a testagem. Aliás era isso que deveria ser feito com toda a população brasileira.

Nós já estamos entrando inclusive com requerimentos e PLs a respeito dessa situação, dessa necessidade da testagem. Escuto muito as pessoas falarem que, na Europa, as aulas foram suspensas por 16, por 19 semanas e, aqui, no Brasil, já estamos em 7 meses, mas na Europa, praticamente foi adotado o lockdown. Houve um pico da pandemia, e rapidamente ela caiu. Houve em vários países a testagem. Aqui não, aqui no Brasil, em função das próprias declarações do presidente, nós atingimos o pico e estamos num platô há 7 meses, há 7 meses, presidente. Lá, na Europa, agora já está chegando o segundo surto da Covid-19, e estão tendo de fechar as escolas e outras atividades comerciais novamente.

Na situação que nós estamos vivendo, a única medida que nós temos é uma medida medieval, a do isolamento social. Para qualquer categoria, principalmente para os profissionais da educação retornar aos trabalhos, é necessário que haja a testagem em massa dos trabalhadores, dos alunos, das professoras, dos professores.

Então quero deixar um forte abraço aqui para os nossos colegas. Força na luta! Essa é uma categoria de luta.

Sr. Presidente, queria também utilizar a data de hoje para fazer uma denúncia aqui de mais um abuso contra as ocupações aqui em Minas Gerais. Tomei conhecimento, na manhã de hoje, de um ataque, porque eu só posso chamar isso de um ataque, contra famílias de trabalhadores e trabalhadoras, moradores da ocupação urbana de Vitória, em Diamantina, no Bairro Cazusa, presidente. O que está ocorrendo lá é uma sequência de absurdos, neste momento inclusive. Sem nenhuma ordem judicial, a guarda municipal – veja, Sr. Presidente – invadiu a ocupação. Até agora, conforme tomei conhecimento, já foram demolidas parcialmente cerca de 30 casas, parcialmente ou totalmente. Residem lá cerca de 80 famílias. São crianças, homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras.

Pessoas estão denunciando ao meu mandato que, inclusive, estão sofrendo intimidação por parte da prefeitura. É uma situação muito grave, presidente. Estou levando essa situação à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, para que possa apurar esse quadro. Tudo isso também no meio de uma pandemia. Os moradores da Ocupação Vitória relataram ao meu mandato que foram impedidos de comprar material de construção na única loja disponível na cidade. É uma intimidação que fere os direitos humanos. Nós não podemos deixar isso acontecer, Sr. Presidente e demais telespectadores da TV Assembleia.

Eu queria saber, inclusive, quais são os interesses por trás disso. O papel do Executivo é ajudar na regulamentação, e não na intimidação. O que esses moradores querem é acesso regular à terra, à água, à luz, a direitos básicos, presidente, e não verem suas casas sendo demolidas em plena pandemia. O terreno, na verdade, pertence ao Estado de Minas Gerais. Já foi ocupado. Nós estamos acionando também outros deputados. Que essa situação também vá para a Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais.

Então deixo aqui o meu protesto, presidente, afirmando que estou do lado dos moradores de Diamantina e da Ocupação Vitória. Vou cobrar do governo e do prefeito de Diamantina explicações sobre o que está acontecendo lá.

Então quero deixar essa denúncia registrada, presidente, e mandar também um abraço ao senhor e a todos os que estão nos assistindo. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Betão. Parabéns pelo seu dia! Parabéns aos demais colegas parlamentares que são professores nesta Casa, bem como a todos os professores do nosso Estado de Minas Gerais. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, presidente! Certo, vou usar o microfone aqui. Hoje fomos surpreendidos por uma situação e acompanhamos o desembolar disso. No centro de Ribeirão das Neves, pela primeira vez na história, houve a construção de um instituto federal, depois de longos anos em que a cidade só recebeu presídios e mais presídios. Mas esse instituto, presidente, não tem acesso garantido, porque ainda não houve uma via de acesso construída para garantir transporte público para esse instituto.

Foi uma conquista para a comunidade escolar, professores, reitoria, alunos, que lutaram para conseguir viabilizar uma obra que pudesse garantir transporte público, no chão de terra batida, para atender ao instituto. Hoje o instituto atende uma maioria de jovens negros, num atendimento integral da educação.

Mas como eu dizia no início, eles foram surpreendidos, nessa obra, com a intervenção dos agentes penitenciários da penitenciária que fica ao lado. Os agentes armados interromperam o trabalho e expulsaram os trabalhadores, que tiveram de deixar a obra que estava sendo feita para garantir o acesso à educação, e isso aconteceu no Dia do Professor. Esse é o presente que o governo do Estado entrega à cidade de Ribeirão das Neves. Os trabalhadores tiveram que evacuar a área, tiveram que sair correndo porque agentes penitenciários, polícia penal, aqueles agentes que deveriam cuidar do sistema prisional, na parte interna dos muros, invadiram a obra armados e impediram, pelo segundo dia, a continuidade da obra.

Não só é abusiva a ação dos agentes e considerada de total incompetência e prevaricação, como também demonstra a falta de compromisso do governo do Estado com a educação. Já procuramos o secretário de Obras da prefeitura para que ele pudesse explicar a situação, mas, até o momento, notificação nenhuma veio de nenhuma autoridade. A gente só tem o fato de que os agentes penitenciários, com uso abusivo da força e uso de armas, expulsaram os trabalhadores e impediram a continuidade da obra.

Presidente, trago esse assunto no Dia do Professor porque sou educadora infantil em Ribeirão das Neves, há 13 anos, e acompanho o desafio que é para uma cidade que há anos foi abandonada. As únicas obras que chegavam a essa cidade eram construções de presídios, tanto é que a inovação do governo foi, através da iniciativa público-privada, construir um presídio privado. Entregar a segurança pública, que a Constituição prevê que é competência da União, para a iniciativa privada... Hoje nós estamos enfrentando uma cidade sitiada pela segurança pública, sitiada por presídios. A audácia desses agentes é tamanha que foram impedir o acesso à educação. Impedir a continuidade de uma obra histórica do instituto federal para atender com dignidade a juventude negra que lá estuda é sinal mais do que evidente, no dia dos professores, de que o recado do governo do Estado para a cidade de Ribeirão das Neves – e mais que isso, para todos os alunos vulneráveis, jovens negros que ali estudam, professores que ali dão a sua vida – é de que a cidade não tem autoridade. Como um agente consegue interromper uma obra licitada, paga com dinheiro público, licenciada, e até o momento nem o prefeito conseguiu dar uma resposta concreta para essa situação?

Já fomos ao Ministério Público e vamos continuar denunciando, porque o educador infantil tem um papel, e um instrumento como o instituto federal na cidade de Ribeirão das Neves, contraponto um modelo de sistema prisional, de perseguição e (– Falha na transmissão do áudio.) significa para a cidade. A luta pela educação hoje, no Dia do Professor, que queremos parabenizar, reconhecer a luta histórica... É também um dia para denunciarmos um governo liberal, que só tem interesse de atender a iniciativa privada e, quando investe, só investe em repressão. A atuação dos agentes penitenciários hoje é inadmissível. Já acionamos a Sejusp e queremos uma resposta concreta, porque é de competência do secretário de Estado dizer por que agentes da segurança estão impedindo jovens negros de terem acesso à educação no Município de Ribeirão das Neves.

A luta pela educação, presidente, colegas deputados e aqueles que nos acompanham, é árdua. Nós enfrentamos um poder que é daquele que não quer que a gente tenha acesso, desde o processo da abolição até hoje, à educação digna, e a dignidade, presidente, passa também pelo direito a ter rua para passar. E o instituto federal em Ribeirão das Neves não tem rua para passar, não

tem acesso, não tem mobilidade. A segurança pública, a segurança pública do Estado de Minas Gerais está impedindo o avanço da educação na cidade de Ribeirão das Neves.

São estas as minhas palavras, presidente. Agradeço.

O presidente – Muito obrigado, deputada Andréia de Jesus. Na sequência, a deputada Ana Paula Siqueira. (– Pausa.) Ela está tentando ajustar a sua conexão conosco. Passaremos, então, a palavra ao próximo orador inscrito, deputado Virgílio Guimarães.

O deputado Virgílio Guimarães – Sr. Presidente, já estou sintonizado aí?

O presidente – Boa tarde, deputado Virgílio!

O deputado Virgílio Guimarães – Presidente, fui pego um pouco de surpresa pela pressa e peço desculpa pela ausência, digamos, da regra completa dos trajes. Sr. Presidente, deputadas e deputados, ontem o deputado Alencar da Silveira apresentou uma série de ideias a respeito da reforma política.

Posteriormente a esse pronunciamento que ele fez, tivemos uma conversa bilateral a respeito da urgência de que as assembleias legislativas e o povo brasileiro em geral se posicionem em torno disso, e o tempo é curto. Explico: aparentemente, não há tanta pressa, mas, ao contrário da aparência, existe pressa sim, porque nós teremos eleição em 15 de novembro. Este ano, dificilmente instalaremos uma comissão especial para discutir o assunto, então, só no ano que vem. Mas, no ano que vem, Sr. Presidente, nós temos a anterioridade, 2021. As eleições para os deputados estaduais e federais serão em 2022, no mês de outubro de 2022. Portanto, as reformas políticas deverão ser votadas inteiramente até outubro do ano que vem. E votadas por quem? Pelo Congresso Nacional: Câmara Federal e Senado. Portanto, se nós, da Assembleia Legislativa de Minas e depois em articulação com as demais assembleias legislativas, quisermos ter um papel pró-ativo nessa discussão, temos que começar quase que imediatamente após a eleição de novembro deste ano, porque é claro que o Congresso Nacional vai se debruçar sobre isso no primeiro semestre do ano que vem, se conseguir, para votar até o início do segundo semestre.

Portanto, eu acredito que nós devemos, desde o início de fevereiro do ano que vem, logo na retomada dos trabalhos – já deixo aqui a proposta que depois será formalizada – dentre essas comissões especiais que são formadas e que têm um prazo curto, é um número reduzido de comissões que podem ser formadas, vamos deixar o requerimento, acredito que também acolhendo a preocupação do nosso colega deputado Alencar da Silveira, de que formássemos uma comissão especial para discutir a reforma política.

A Assembleia de Minas cumpriria, sim, o papel de recolher as experiências que serão riquíssimas, mesmo as experiências negativas da eleição de 2020, no que se refere ao financiamento de campanha, no que se refere à não existência de coligações proporcionais, no que se refere à proliferação de partidos, o excesso ou não de partidos políticos. Portanto, a primeira abordagem que faço aqui, na sequência da conversa que tive ontem com o deputado Alencar da Silveira é exatamente a formalização da criação de uma comissão, no âmbito da Assembleia de Minas, para fazer a discussão da reforma política. Se for o caso, começamos em dezembro. Acho difícil. Caso não, que se comece logo no primeiro dia do ano que vem, em 2021.

Além de fazer essa proposta, Sr. Presidente, acabamos também fazendo uma série de discussões a respeito do conteúdo. Eu queria aqui, apenas para reflexão dos colegas, trazer, como fez o deputado Alencar, que trouxe as reflexões que ele acumulou ao longo do tempo a respeito do conteúdo, do mérito mesmo, da reforma política a ser proposta, adiantar também algumas reflexões. Em primeiro lugar, creio, que a reforma a ser proposta tem que levar em conta o aprimoramento da representação democrática, deve levar em conta as experiências já vividas. Isso faz parte, digamos, das variáveis mais relevantes a serem levadas em conta. Porém, não podemos deixar de considerar os aspectos da viabilidade, tanto da viabilidade de aprovação pelo Congresso Nacional e pela população brasileira, mas, sobretudo, também a viabilidade de aprovação pelo Supremo Tribunal Federal.

Afinal, qualquer lei que se vote, até mesmo se for uma proposta de emenda à Constituição, uma PEC, passa pelo crivo da constitucionalidade e da legalidade. Isso porque alguns aspectos da Constituição Brasileira são tidos como cláusulas pétreas, como a existência da Federação, por exemplo, que é cláusula pétrea.

Não sei qual é a concepção, a decisão da Suprema Corte brasileira a respeito da representação proporcional, se isso é ou não cláusula pétrea. Creio até que sim, porque, em alguns casos da reforma política, a nossa Corte Suprema, o STF, já tomou posições semelhantes. Lembro aqui que duas ou três vezes – não tenho certeza, duas vezes sim, talvez até um pouco mais – a cláusula de barreira foi votada em legislação e até por PEC já foi rejeitada, tida como cláusula pétrea, porque a Constituição Brasileira diz que a liberdade partidária é intocável.

Portanto, a cláusula de barreira que foi criada depois de o Supremo derrubar as cláusulas de barreira que foram tentadas... Nós fizemos uma “cláusula de barreira”, entre aspas, para passar. Por que ela é entre aspas? Porque os partidos que não alcançam o mínimo exigido não deixam de existir. Isso, sim, é a cláusula de barreira existente no mundo inteiro. O registro do partido que não alcança aquele mínimo desaparece. Isso, sim, é cláusula de barreira. Nós fizemos algumas barreirinhas laterais relevantes? Com certeza. Mas o que foi possível? No caso, a restrição ao uso de tempo de rádio e televisão e a restrição do recebimento do financiamento público de campanha. Mas o partido continua existindo, continua registrando candidatos. Ou seja, em todos os aspectos, não há cláusula de barreira naquilo que foi considerado essencial. Creio também, portanto, que a representação proporcional deva ser analisada com muito critério.

Então, feitas essas considerações, rapidamente, até porque acredito que nós vamos constituir, num prazo curto pós-eleições de 2020, uma comissão especial para sistematizar a opinião de Minas, dos deputados e também da sociedade, dos vereadores de Minas etc. E para levar a um debate nacional.

Eu queria levantar algumas questões que povoaram a discussão de mérito que tivemos ontem. O deputado Alencar já expôs o ponto de vista dele. De minha parte, continuo acreditando que o sistema proporcional é o mais adequado. Ele representa, na proporcionalidade, o pensamento da sociedade como um todo. Portanto, a proporcionalidade partidária, que representa as diversas concepções de mundo que existem na sociedade, deve ser mantida, até porque também acredito que algo que passe à tábula rasa desse critério tem forte possibilidade de não alcançar a aprovação do Supremo Tribunal Federal do Brasil. Para que isso possa conviver com o anseio que existe – eu sei –, das assembleias, entre os deputados e mesmo da população, que não entende bem que alguém mais votado possa perder para alguém que foi menos votado etc., eu deixo registrada aqui uma opinião: o sistema chamado distrital misto, ou seja, cada estado continua sendo um distrito para eleição de deputados federais, e o estado é o distrito estadual para eleição de deputados estaduais, em que 2/3 seriam aqueles candidatos que alcançassem o maior número de votos nominais. O 1/3 restante, de alguma maneira inspirado no modelo alemão, que usa 50% de 50%... Eu acho que, pelos cálculos que fiz, pelos modelos que testei, com 1/3 isso é alcançado. Esse 1/3 restante das vagas seria preenchido para recompor a proporcionalidade partidária, já computadas como preenchidas as vagas daqueles parlamentares que forem eleitos pelo sistema uninominal, do voto que alcançou.

Também, no que se refere a financiamento de campanha, creio que se torna, cada vez mais, um gargalo bastante sério. Creio que nós devemos alterar, de uma maneira muito grave, mas, por outro lado, mais adequada à experiência que alcançamos até com a pandemia, que é voltar a um sistema de transmissão direta da propaganda eleitoral, ou seja, custo zero mesmo. Não podendo haver nenhuma propaganda feita por agência, nem nada. Nós estamos vivendo aqui, agora, neste instante, uma live. Estamos fazendo direto. No passado já foi assim, não tinha que pagar nada. O Estado não tinha que pagar às televisões, e não tinha que fazer nada, era transmissão direta. A propaganda era ao vivo. Eu creio que hoje pode tudo voltar a ser ao vivo, transmitindo para um celular, para um equipamento qualquer, sobretudo daqui a dois anos, para reduzir drasticamente os custos de campanha, e reduzir inclusive aquelas que custam mais caro, e as vantagens que possam ter. Ou seja, nós temos que repensar, a partir da experiência de 2020, a questão do financiamento público de campanha e os limites do financiamento privado.

Evidentemente o prazo de começar a coleta de recursos é, como bem observou também o deputado Alencar, uma restrição absurda. A coleta de recursos, a doação podia começar a qualquer tempo, com antecedência qualquer. Mesmo se resultasse em alguém não ser candidato, ele poder doar para outro candidato, porque é irreal esse sistema de bate-pronto de coleta, e só depois que há já os registros feitos, o CNPJ. Tudo isso tem prejudicado muito e continua prejudicando, sobretudo os mais pobres, aqueles nas cidades menores. Então eu creio que também não só o sistema de financiamento, mas todo esse cipoal de prestação de contas, de preparação e de burocracias, tudo isso podia ser extremamente simplificado, alterado e, sobretudo, ajustado à realidade fática daquilo que ocorre na vida das pessoas.

Por último eu só queria adiantar um ponto, que pode parecer também polêmico. São dois pontos por sinal. Um é que eu defendo, como diz o deputado Alencar, que nós temos eleição demais, que custa muito caro. Creio que, cada vez mais, a eleição vai ser mais barata, sobretudo depois que houver a biometria implantada para todos. Nós não podemos baratear muito o custo das eleições em si, mas até para reduzir eu defendo a ideia, que já é praticada em alguns países, em alguns estados americanos, do segundo turno ser simultâneo com o primeiro turno. Ou seja, o eleitor já vota, nas eleições majoritárias, naquele candidato que é da sua preferência, e já deixa consignada a sua segunda opção. Se o seu candidato for para o segundo turno, o seu voto de primeiro turno já continua valendo; se o seu candidato não for, será apurado o seu segundo voto, para somar aos votos de cada candidato.

Para terminar, acho que também sobre os senadores que devia um senador por estado apenas, eleito na chapa do governador, e com o mesmo mandato de quatro anos, para que os estados sejam representados de uma maneira mais autêntica no Senado Federal. Mas tudo isso são ideias apenas, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que deixo aqui como registro, para reflexão.

A proposta objetiva é a formação de uma comissão especial, que está prevista em nosso Regimento, para a discussão da reforma política a ser votada e implementada em 2021, ou seja, para ser implementada e entrar em vigor já nas eleições de 2022.

O presidente – Obrigado, deputado Virgílio Guimarães. Agora, sim, nós vamos passar a palavra à deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Boa tarde, presidente! Boa tarde, deputadas, deputados, povo mineiro! Obrigada, presidente pelo remanejamento do tempo. Nesse tempo de trabalhos remotos, nós estamos aproveitando bastante a tecnologia para dar sequência aos nossos trabalhos.

Eu quero, com este pronunciamento, cumprimentar todas as professoras e todos os professores do Estado de Minas Gerais e do Brasil pela data importante de hoje: o Dia do Professor e da Professora. Eu sou professora formada no magistério, no Instituto de Educação de Minas Gerais, como normalista. Tenho uma trajetória de vida muito ligada à educação e não posso deixar de fazer essa manifestação neste dia, por considerar a relevância desses profissionais, dessas profissionais. Inclusive a área da educação é formada, na sua maioria, por mulheres.

Quero cumprimentar todos por essa relevância e por acreditarem que é a educação um dos principais instrumentos de transformação social. É por via da educação que nós vamos melhorar o nosso estado, que nós vamos melhorar o nosso país. E os nossos profissionais da educação, os nossos professores e professoras são profissionais muito relevantes nesse processo, mas, infelizmente, a valorização dos professores na sociedade atual deixa a desejar, não apenas no que diz respeito à questão dos valores, do pagamento, do reconhecimento pela prestação de seu serviço.

Aqui, no Estado de Minas Gerais, por exemplo, nós temos pagamentos sendo feitos aos professores e às professoras que não atingem ainda o piso nacional. Infelizmente, são os professores e as professoras que, recorrentemente, quando há um problema de pagamento no Estado, ficam para o fim da fila. E nós discutimos muito aqui, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o atraso no pagamento, o parcelamento dos pagamentos. Essa é a categoria que, recorrentemente, é mais prejudicada e menos valorizada.

Falamos também, quando pensamos em valorização, do reconhecimento social. Os professores e professoras passam por um momento de baixa valorização e de pouco reconhecimento. E são os profissionais que têm uma contribuição muito grande na vida das pessoas. Se perguntarmos aqui se vocês se recordam de algum professor ou professora, rapidamente todos vão fazer menção a algum que marcou a história de vocês, a algum que os influenciou diretamente para que, talvez, até estivessem hoje aqui exercendo o mandato ou ocupando uma posição nos seus municípios.

Nós precisamos valorizar o professor e reconhecer o trabalho dele, pois ele não está ali, na sala de aula, apenas transmitindo conhecimento, apenas trabalhando na parte didática. Muitos deles são referências sociais para a grande maioria dos alunos, especialmente dos alunos menos favorecidos. E agora, com essa nossa experiência da pandemia, temos que reconhecer que os professores foram os profissionais que se desdobraram para dar conta de administrar este momento. Eles se reinventaram, quase viraram youtubers, aprendendo a lidar com vídeo, aprendendo a lidar com a tecnologia, e fizeram e fazem isso não só pela questão profissional, mas porque amam a profissão.

E nós temos que aproveitar a oportunidade deste dia para cumprimentar, saudar, reconhecer e fazer o compromisso – que é o que eu faço aqui, presidente – de continuar lutando pela categoria, de continuar buscando a valorização e o respeito, como fizemos num profundo debate, um debate atabalhado, que foi no da reforma da Previdência. A reforma penaliza, em especial, os professores e as professoras.

Então quero fazer aqui esse registro e lembrar de todas as minhas professoras, de todos os meus professores e, com muito carinho, dos professores da Associação Pró-UFMG, que é uma instituição que foi composta por professores muito jovens, mas professores sonhadores com a oportunidade para a nossa juventude, e que ajudou a transformar a vida de tantos aqui em Belo Horizonte e por Minas Gerais afora.

Para encerrar, presidente, quero fazer uma homenagem póstuma a uma professora também amiga, que se chama Viviane Percílio, que faleceu hoje. A Viviane é professora, uma mulher negra, batalhadora, trabalhou muito na luta da igualdade racial, desenvolveu importantes projetos sociais, projetos, inclusive, que passam pela valorização da nossa população negra, trabalhando, como um dos principais eixos a questão do valor do cabelo, do cabelo negro, da importância que tem e da beleza que tem, e estimulando que as meninas possam se autorreconhecer e se amar do jeito que elas são. A Viviane, além de ser essa professora, além de ser essa mulher guerreira, mãe de dois filhos, é a nossa porta-voz da Rede de Sustentabilidade no Município de Nova Era e hoje acabou nos deixando. Ela estava se preparando, inclusive, para o processo eleitoral e era nossa candidata à vereadora, mas, infelizmente, se tratava de um câncer e não conseguiu resistir.

Então, quero aproveitar aqui esta nossa homenagem aos professores e às professoras para saudar a Viviane e dizer a todos os nossos redistas de Nova Era da nossa profunda tristeza pela partida dela e nos solidarizarmos não só com ela mas também com todos os redistas e a família, em especial, os filhos.

É isso, presidente. Muito obrigada. Vamos à luta que essa caminhada ainda é muito longa. Obrigada. Feliz Dia dos Professores para todos, para todas e para todos os deputados e deputadas professores!

O presidente – Obrigado, deputada Ana Paula Siqueira. Meus parabéns também a você, como professora!

## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

### **1ª Fase**

#### **Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

### Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n°s 6.498/2020, da Comissão de Segurança Pública, 6.501 e 6.503/2020, da Comissão do Trabalho, 6.507 e 6.508/2020, da Comissão de Esporte, 6.510, 6.511 e 6.514/2020, da Comissão de Educação, e 6.512 e 6.513/2020, da Comissão de Meio Ambiente. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

### Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões

de Agropecuária – aprovação, na 3ª Reunião Extraordinária, em 14/10/2020, dos Requerimentos n°s 5.066, 6.262 e 6.353/2020, do deputado Coronel Henrique, 5.449/2020, do deputado Duarte Bechir, 5.677/2020, do deputado Gil Pereira, e 6.049 e 6.123/2020, do deputado Antonio Carlos Arantes; e

de Saúde – aprovação, na 3ª Reunião Extraordinária, em 14/10/2020, do Requerimento n° 6.377/2020, do deputado Fernando Pacheco (Ciente. Publique-se.).

### Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 20, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição de 20/10/2020.). Levanta-se a reunião.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÕES

Foram recebidos, nos termos do item 3 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada na edição de 21/3/2020, os seguintes ofícios:

#### OFÍCIO N° 530/2020

(Correspondente ao Ofício n° 098/2020)

Carmo de Minas, 6 de agosto de 2020.

Assunto: Encaminha Decreto de Calamidade Pública Municipal

Serviço: Gabinete do Prefeito

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), informar que o Município de Carmo de Minas decretou Estado de Calamidade Pública, através do Decreto Municipal n° 029 de 6 de agosto de 2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19).

Para tanto, submetemos o supracitado Decreto, cópia em anexo, ao Legislativo Estadual, visando à ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente.

Yuri Vaz de Oliveira, prefeito municipal.

**DECRETO MUNICIPAL Nº 029/2020**

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/529/800/1529800.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

**OFÍCIO Nº 531/2020****(Correspondente ao Ofício nº 46/2020)**

Cuparaque, 24 de setembro de 2020.

Assunto: Encaminha Decreto Municipal de reconhecimento do Estado de Calamidade Pública decorrente da pandemia causada pelo coronavírus – Covid-19 – no âmbito do Município de Cuparaque para análise e deliberação dos Deputados Estaduais.

Senhor Deputado Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho, em anexo, o Decreto Municipal nº 09, de 16 de março de 2020, que dispôs sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do surto de doença viral respiratória infecciosa – novo Coronavírus (2019-nCoV) – e o Decreto Municipal nº 27, de 12 de junho de 2020, que reconheceu o Estado de Calamidade Pública decorrente da pandemia causada pelo indigitado vírus no âmbito do Município de Cuparaque.

Desta feita, solicito que essa Casa Legislativa analise as sobreditas Normas municipais, no sentido da deliberação pelo reconhecimento, para os fins do art. 65, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, da ocorrência do Estado de Calamidade Pública no âmbito municipal.

Sem mais para o momento, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Mônica Tessarolo Balbino, prefeita municipal.

**DECRETO MUNICIPAL Nº 27/2020**

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/528/625/1528625.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.554/2020****Comissão de Agropecuária e Agroindústria****Relatório**

De autoria do deputado Tadeu Martins Leite, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Cruz e Jacaré, com sede no Município de Urucuia, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 1.554/2020 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Cruz e Jacaré, com sede no Município de Urucuaia.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, incentivar a agropecuária por meio da troca de experiências entre os associados, da realização de cursos nessa área e da busca de tecnologias alternativas de cultivo; e contribuir para a proteção do meio ambiente, com a promoção de campanhas e treinamentos voltados para a conservação da fauna, da flora, do solo e das nascentes.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela associação em prol das comunidades rurais de Santa Cruz e Jacaré, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.554/2020, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2020.

Gustavo Santana, relator.



## **REQUERIMENTOS APROVADOS**

### **REQUERIMENTOS APROVADOS**

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

#### **REQUERIMENTO Nº 6.467/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento do deputado Mauro Tramonte aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 01/10/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências com vistas à apuração de denúncia de suposto descarte de rejeitos e lama tóxica, pela empresa Vale S.A., na cava da Mina de Timbopeba, localizada em Antônio Pereira, distrito do Município de Ouro Preto, o que, supostamente, vem causando contaminação do lençol freático. Por oportuno, informa que a 3ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater a abertura de processos administrativos disciplinares por parte da Controladoria-Geral do Estado – CGE-MG – contra servidores da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – em decorrência da atuação desses servidores no processo de regularização ambiental de barragens de rejeitos de mineração.

Sala das Reuniões, 6 de outubro de 2020.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

**Justificação:** Segundo denúncias realizadas por ambientalistas e organizações de defesa do meio ambiente, a empresa Vale S.A. vem fazendo o descarte de rejeitos e lamas tóxicas de minério na cava da Mina de Timbopeba, cuja profundidade já teria atingido o lençol freático, podendo gerar prejuízos ao abastecimento de água daquela região. Diante da gravidade da denúncia, venho pedir apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 6.468/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento do deputado Sargento Rodrigues aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 01/10/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, ao Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor – pedido de providências para que adotem uma solução conjunta para as consequências advindas da construção de barragem no Rio Setúbal, em especial a má qualidade da água.

Por oportuno, informa que a 3ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater a abertura de processos administrativos disciplinares por parte da Controladoria-Geral do Estado – CGE-MG – contra servidores da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – em decorrência da atuação desses servidores no processo de regularização ambiental de barragens de rejeitos de mineração.

Sala das Reuniões, 6 de outubro de 2020.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

#### REQUERIMENTO Nº 6.469/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento do deputado Sargento Rodrigues aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 01/10/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado às Prefeituras Municipais de Chapada do Norte, Jenipapo de Minas, Francisco Badaró e Araçuai pedido de providências para que adotem uma solução conjunta para as consequências advindas da construção de barragem no Rio Setúbal, em especial a má qualidade da água.

Por oportuno, informa que a 3ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater a abertura de processos administrativos disciplinares por parte da Controladoria-Geral do Estado – CGE-MG – contra servidores da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – em decorrência da atuação desses servidores no processo de regularização ambiental de barragens de rejeitos de mineração.

Sala das Reuniões, 6 de outubro de 2020.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 13/10/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 19/10/2020, Maria Josefa Andrade da Silva, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

nomeando Camilla Barbosa Lopes de Andrade, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

nomeando João Daniel Maximiano Pereira, padrão VL-32, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;

nomeando Jorge Luiz Lisboa Neto, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior.

**ERRATA****PARECER PARA O TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.031/2017****Comissão de Constituição e Justiça**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 4/3/2020, na pág. 24, onde se lê:

“Dê-se ao art. 1º”, leia-se:

“Dê-se ao *caput* do art. 1º”.